



Tudo o que você queria saber sobre a LGPD e não sabia a quem perguntar!

Marcos A. Lucas
mlucas@dataware.com.br



Nesta apresentação...

- Visão geral da Lei
- Aplicabilidade
- Principais conceitos
- Quem são os agentes definidos pela lei
- Direitos e deveres de cada agente
 - ANPD, DPO, wtf?
- Bases legais
- Incidentes e sanções
- Alguns (poucos) exemplos tecnológicos



Nesta apresentação...

- Visão geral da Lei
- Aplicabilidade
- Principais conceitos
- Quem são os agentes
- Direitos e deveres de cada agente
 - ANPD, DPO, wtf?
- Bases legais
- Incidentes e sanções
- Alguns (poucos) exemplos tecnológicos

E no final, um
“CHECKLIST” de aplicação
da LGPD em sua entidade
(empresa, organização,
etc)





Visão geral da Lei

- Lei nº 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018
 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)
 - Publicada no D.O.U em 15 de agosto de 2018
- Lei foi alterada pela MP 869/2018
- MP foi convertida na Lei nº 13.853/2019
 - Vigência parcial: 28 de dezembro de 2018
 - Vigência total: 16 de agosto de 2020



Visão geral da Lei

- Lei nº 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018



Presidência da República
Secretaria-Geral
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018.

[Texto compilado](#)

[Mensagem de veto](#)

[Vigência](#)

~~Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).~~

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

[\(Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#) [Vigência](#)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Parágrafo único. As normas gerais contidas nesta Lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. [\(Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#) [Vigência](#)

Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:

I - o respeito à privacidade;

II - a autodeterminação informativa;

III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;

IV - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;

V - o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;

VI - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e

VII - os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

Art. 3º Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam



Presidência da República
Secretaria-Geral
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.853, DE 8 DE JULHO DE 2019

Conversão da Medida Provisória nº 869, de 2018

Mensagem de veto

Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A ementa da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)."

Art. 2º A Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º

Parágrafo único. As normas gerais contidas nesta Lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios." (NR)

"Art. 3º

.....

II - a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; ou

....." (NR)

"Art. 4º

.....

§ 4º Em nenhum caso a totalidade dos dados pessoais de banco de dados de que trata o inciso III do caput deste artigo poderá ser tratada por pessoa de direito privado, salvo por aquela que possua capital integralmente constituído pelo poder público." (NR)

- MP foi convertida na Lei nº 13.853/2019
 - Vigência parcial: 28 de dezembro de 2018
 - Vigência total: 16 de agosto de 2020



Visão geral da Lei

- Lei nº 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018
- Lei foi alterada pela MP 869/2018
- MP foi convertida na Lei nº 13.853/2019

Traz mudanças profundas nas condições para o tratamento de dados pessoais, o que inclui atividades como coleta, armazenamento, utilização, compartilhamento e eliminação de informações relacionadas a pessoas naturais identificadas ou identificáveis.



E antes?

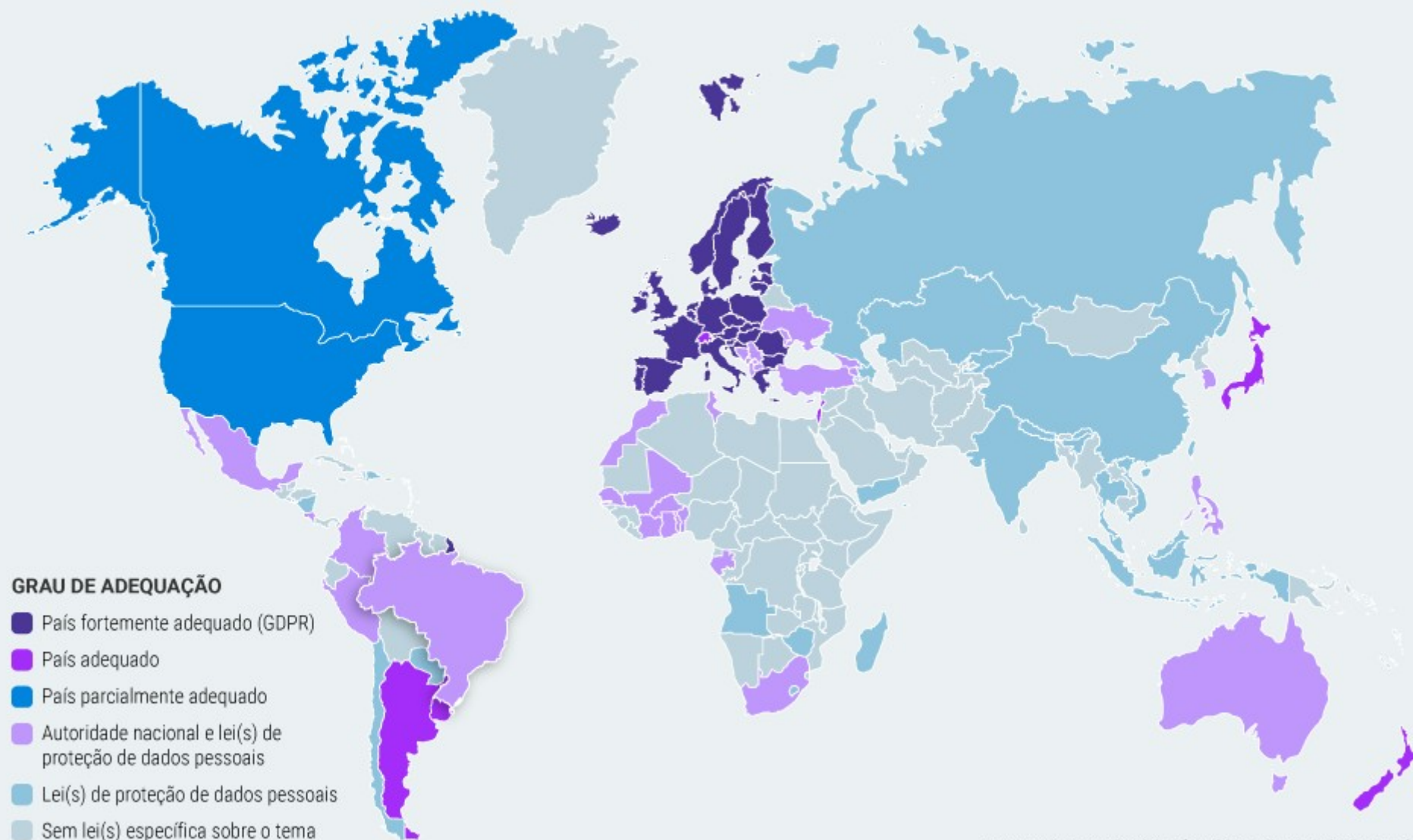
Existia legislação sobre proteção de dados?

- CF – Art. 5º d – PEC 17/2019 – Apr. Sen. 02/07
 - Inclui proteção de dados pessoais entre os direitos fundamentais do cidadão e fixa a competência privativa da União para legislar sobre a matéria
- Código de Defesa do Consumidor
- Código Civil – 2002
- Lei do Cadastro Positivo – 2011/2019
- Lei de Acesso à Informação – 2011
- Marco Civil da Internet – 2014



E no resto do mundo?

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS AO REDOR DO MUNDO



Fonte: Comissão Nacional de Informática e Liberdade (Cnil/França)



Aplicabilidade (artigo 3)

A LGPD se aplica a qualquer pessoa física **ou jurídica**, de direito público ou privado, que realize **atividade** em que utilizem **dados pessoais** (tratamento de dados)

Tratamento de dados: Toda operação realizada com **dados pessoais** que tenha por objetivo: a coleta, classificação, armazenamento, acesso, transferência, processamento, distribuição, modificação, comunicação, reprodução, controle de informação, modificação, dentre outros



Aplicabilidade (artigo 3)

A LGPD se aplica a qualquer pessoa física **ou jurídica**, de direito público ou privado, que realize **atividade** em que utilizem **dados pessoais** (tratamento de dados)

Ocorrer no território nacional

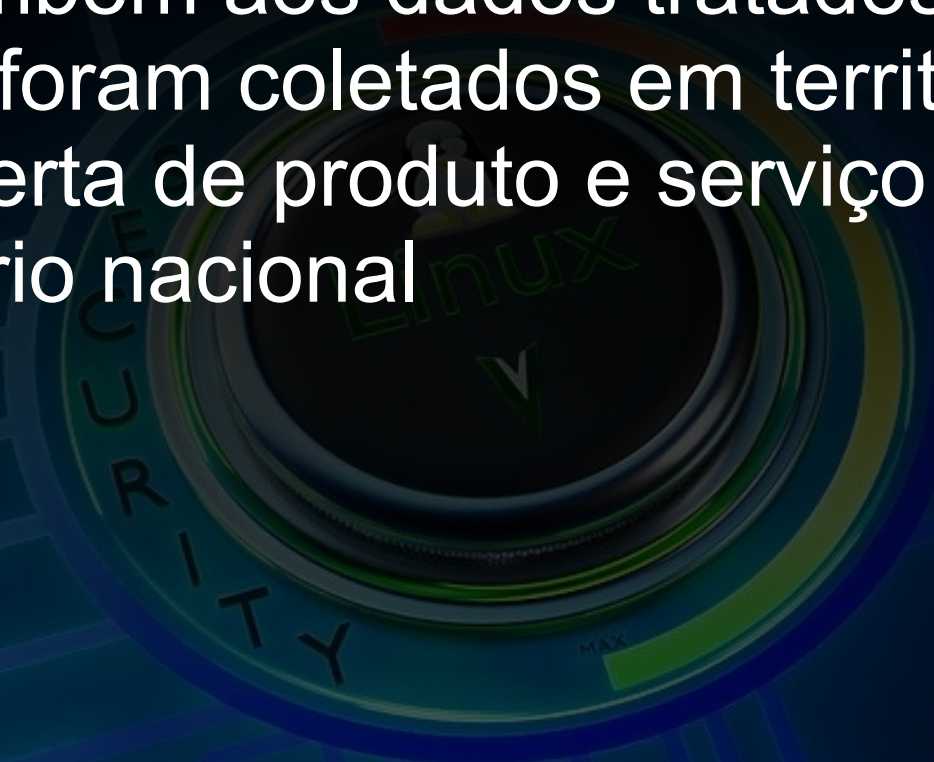
Os dados tenham sido coletados no Brasil

Tratamento de dados: Toda operação realizada com **dados pessoais** que tenha por objetivo: a coleta, classificação, armazenamento, acesso, transferência, processamento, distribuição, modificação, comunicação, reprodução, controle de informação, modificação, dentre outros



Extraterritorialidade

A LGPD tem alcance extraterritorial, ou seja, se aplica também aos dados tratados fora do Brasil, mas que foram coletados em território nacional, ou por oferta de produto e serviço para indivíduos no território nacional





Extraterritorialidade

A LGPD tem alcance extraterritorial, ou seja, se aplica também aos dados tratados fora do Brasil, mas que foram coletados em território nacional, ou por oferta de produto e serviço para indivíduos no território nacional

**Cloud Computing
com armazenamento
fora do Brasil**



Exceções à aplicação (Artigo 4)

Não se aplica ao tratamento para:

- Fins exclusivamente jornalísticos ou acadêmicos
- Atividade de investigação e repressão de infrações penais
- Fins particulares e não econômicos, quando realizado por pessoa física
- Segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado



Conceitos de dados (Artigo 5)

- DADO PESSOAL

Informação relacionada a pessoa natural **identificada**
OU identificável

- DADO SENSÍVEL

Sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural



Conceitos de dados (Artigo 5)

- DADO PESSOAL

Informação relacionada a pessoa natural identificada
OU identificável

**CUIDADO COM DADOS
IDENTIFICÁVEIS**

- DADO SENSÍVEL

Sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural

**CUIDADO COM DADOS REF
RECURSOS HUMANOS**



Conceitos de dados (Artigo 5)

- DADO PESSOAL

Informação relacionada a pessoa natural **identificada**
OU identificável

- **ANONIMIZAÇÃO x PSEUDONIMIZAÇÃO**

- **Dado anonimizado:** dado que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento (não há como recuperar e identificar o titular)
- **Pseudonimização:** utilização de dados pessoais de forma “mascarada” de modo que pode ser revertida, ou seja, que possa ser conhecida a titularidade do dado



Conceitos de dados (Artigo 5)

- DADO PESSOAL

Informação relacionada a pessoa natural **identificada**
OU **identificável**

- ANONIMIZAÇÃO x PSEUDONIMIZAÇÃO

- **Dado anonimizado:** dado que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento (não há como recuperar e identificar o titular)
- **Pseudonimização:** utilização de dados pessoais de forma “mascarada” de modo que possa ser revertida, ou seja, que possa ser vinculada ao titular do dado

**NÃO ESTÁ
PROTEGIDO PELA**

LGPD

PROTEGIDO PELA

LGPD NORMALMENTE

Ver artigo 13



Anonimização x Pseudonimização

- Criptografia e intratabilidade:

O esforço para resolução do problema é tão alto que é virtualmente impossível ou, pelo menos, impraticável no mundo real, é o que define se a atividade de quebra de criptografia é intratável ou não

- Criptografia oferece:

- Confidencialidade (autoexplicativo)
- Integridade (proteção contra modificação)
- Autenticação (verificações de identidade)
- Autorização (chaves de acesso)
- Não repúdio (emissor não pode negar)

Anonimização x Pseudonimização

- Algoritmos simétricos
 - Uma só chave serve para encriptar e decriptar os dados
 - AES, Blowfish, 3DES, ...
- Algoritmos assimétricos
 - Um par de chaves, também conhecidas como chaves públicas e chaves privadas
 - RSA, DSS, GPG, ...
- Hash
 - Função que gera uma saída de tamanho fixo e que é de caminho único, ou seja, não é possível reverter o cálculo
 - MD5, SHA1, SHA256, BCrypt, ...



Exemplos

dataWare - Sistemas - Mozilla Firefox

dataWare - Sistemas × +

← → ↻ 🏠 ⓘ 🔒 <https://web.dataware.com.br/auth> ⋮ 📧 ☆ ⬇️ ⏏️ ☰

Usuário:

Senha:

Entrar



Exemplos

```
dataWare - Sistemas - Mozilla Firefox
dataWare - Sistemas x +
https://web.dataware.com.br/auth

mlucas@dataware.com.br:~$
+-----+-----+-----+-----+-----+
| idEntidade | idUsuario | nmUsuario | pwUsuario | idGrupo |
+-----+-----+-----+-----+-----+
|          0 |          0 | administrador | 96d8e41061ae7981e7baa2aa2ac2be64ac4e9b4ca2aa40080a3d7352a48bdee9 |          0 |
|         100 |         11 | mlucas | 4f32044a655f32e8528edea64dbfd11cba810b8790e6e6e23d28ad3a75980734 |        10002 |
|         100 |         12 | afbarcellos | 69c22b1a8780eca83af6d4d309a8d0a544bd680fd8920c5cf7a27384e99fc76e |        10002 |
+-----+-----+-----+-----+-----+
3 rows in set (0.00 sec)

mlucas@dataware.com.br:~$
```



Exemplos

mlucas@dataware.com.br:~\$

```
mysql> select * from OrgaoExpedidor where idOrgaoExpedidor = 154;
```

idOrgaoExpedidor	nmOrgaoExpedidor	dsOrgaoExpedidor	idUF
154	SRF	Receita Federal	NULL

1 row in set (0.00 sec)

```
mysql> select * from TipoDocumento where idTipoDocumento = 61;
```

idTipoDocumento	nmTipoDocumento	dsTipoDocumento	idTipoPessoa	idOrgaoExpedidor
61	CPF	Cadastro de Pessoas Fisicas	F	154

1 row in set (0.00 sec)

```
mysql> select * from PessoaDocumento where idPessoa = 11 and idTipoDocumento = 61;
```

idPessoa	idEntidade	idTipoDocumento	nrDocumento	idOrgaoExpedidor	dtEmissao	dtValidade
11	100	61	U2FsdGVkX18vd7ULHZuRT3j*aClD6pq+izgH1Ij9VXs=	154	NULL	NULL

1 row in set (0.03 sec)

```
mysql>
```

mlucas@dataware.com.br:~\$

Agentes de Tratamento de Dados



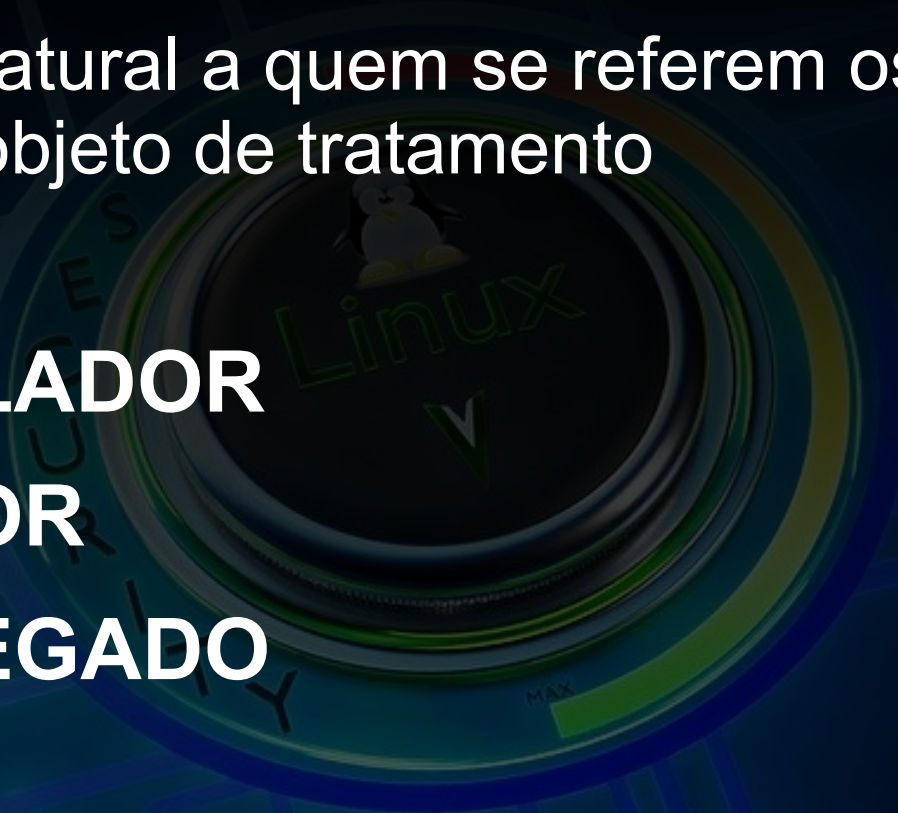
- **TITULAR**

Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento

- **CONTROLADOR**

- **OPERADOR**

- **ENCARREGADO**





Direitos do Titular dos Dados

- Confirmação da existência de tratamento e acesso aos dados
- Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados
- Anonimização, bloqueio e eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na lei
- Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa e observados os segredos comercial e industrial, de acordo com regulamentação do órgão controlador
- Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular
- Informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados
- Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa
- Revogação do consentimento

Exemplo de acesso e portabilidade



Prenome	Sobrenome
Marcos A.	Lucas
<div></div>	
Celular	Telefone(Trabalho)
+55 54 9 9989 2240	+55 54 3519 6591
Empresa	
DATAWARE Sistemas de Informações LTDA	
Rua	CEP
R Atilano Machado, 49, Fundos	99711-286
Cidade	Estado
Erechim	RS ▾

Informação

Último acesso às	Último acesso de	Última alteração de senha
11/12/2019 13:38:52	177.11.62.32	22/10/2019 08:07:53

Cancelar

Ok

Exemplo de acesso e portabilidade

The image displays two side-by-side screenshots of the dataWare system interface, illustrating user access and data portability.

Left Screenshot (User Profile):

- JSON Tab:** Shows the user's data in a structured format.
- Core:**
 - id: "11"
 - Nome: "Marcos A. Lucas"
- Contato:**
 - Celular: "+55 54 9 9989 2240"
 - Trabalho: "+55 54 3519 6591"
- Form Fields:** Prenom (Marcos A.), Celular (+55 54 9 9989 2240), Empresa (DATAWARE Sistemas de), Rua (R Atilano Machado, 49, F), Cidade (Erechim), and Informação (Último acesso às 11/12/2019 13:38:52).

Right Screenshot (JSON Export):

- JSON Tab:** Shows the user's data in a structured format.
- Core:**
 - id: "11"
 - Nome: "Marcos A. Lucas"
- Contato:**
 - Celular: "+55 54 9 9989 2240"
 - Trabalho: "+55 54 3519 6591"
- Form Fields:** Sobre (Luca), CEP (9971), Estado (RS), and a dropdown menu.

Footer: Você está logado como usuário 11 - Marcos A. Lucas / Entidade 0 - Sistema dataWare

Agentes de Tratamento de Dados



- **TITULAR**

Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento

- **CONTROLADOR**

Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as **decisões referentes** ao tratamento de dados pessoais

- **OPERADOR**

Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que **realiza o tratamento** de dados pessoais em nome do controlador

- **ENCARREGADO**

Pessoa indicada pelo controlador para atuar como **canal de comunicação** entre o controlador, os titulares dos dados e a ANPD



Agentes de Tratamento de Dados

- **TITULAR**

Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento

- **CONTROLADOR**

**Controlador e Operador têm
responsabilidade solidária**

- **OPERADOR**

Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que **realiza o tratamento** de dados pessoais em nome do controlador

- **ENCARREGADO**

Pessoa indicada pelo controlador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a ANPD

**Data Protection Officer
DPO**



O que é a ANPD ?

- Autoridade Nacional de Proteção de Dados
- A aplicação de sanções previstas na LGPD compete exclusivamente à ANPD
- Composição:
 - Conselho diretor (5)
 - Conselho nacional com repr. de diversos setores(23)
 - Corregedoria
 - Órgão de assessoramento jurídico próprio
 - Unidades administrativas e unidades especializadas necessárias à aplicação da LGPD



E o Encarregado de Dados?

- Será o agente de comunicação entre controlador, operador, titulares dos dados e ANPD
- Prestará esclarecimentos (à ANPD e titulares) sobre o tratamento de dados realizado
- Orientará a empresa sobre a cultura de privacidade e proteção de dados
- Obrigatório (segundo a lei) em qualquer empresa que trata dados pessoais na posição de **controlador**
- Será indicado pelo controlador e operador
- ANPD ainda irá regulamentar a definição e atribuições do cargo de um DPO



Qualificações para o cargo

- Segundo a lei, não há exigências
- Recomenda-se:
 - Experiência e conhecimentos mínimos (negócio)
 - Conhecimento sobre LGPD, GDPR, operações de tratamento de dados, tecnologia e seg. da informação
 - Habilidades de comunicação, e conhecimento da linguagem tanto técnica quanto jurídica
 - Conhecimento sobre legislação, gestão de riscos, governança, privacidade, segurança da informação, ISO 27000, Privacy By Design, ...



Peculiaridades e Atribuições

- Não será penalizado no exercício da sua função de observância da Legislação
- Recomenda-se exclusividade, a fim de evitar conflito de interesses com outras funções
- **Dever** de monitorar a regularidade do tratamento de dados, incluindo realização de auditorias, treinamentos e responsabilidades dos envolvidos
- **Dever** de monitorar as orientações e/ou solicitações da ANPD, além de ser o canal de comunicação com este órgão
- **Dever** de controle e monitoramento das operações de coleta e tratamento de dados, mantendo a respectiva documentação **atualizada** (políticas, termos, manuais, ...)



Peculiaridades e Atribuições

- Não será penalizado no exercício da sua função de observância da Legislação
- Recomenda-se exclusividade, a fim de evitar conflito de interesses com outras funções
- Dever de monitorar a regularidade do tratamento de dados, incluindo realização de auditorias, treinamentos e responsabilidades dos envolvidos
- Dever de monitorar as orientações e/ou solicitações da ANPD, além de ser o canal de comunicação com este órgão
- Dever de controle e monitoramento das operações de coleta e tratamento de dados, mantendo a respectiva documentação adequada (políticas, termos, manuais, ...)

Responsabilidade em caso de negligência ou imperícia

**Direito de Regresso
CLT – Art 42, § 4**

Em alguns casos, responsabilidade solidária, assim como a existente entre controlador e operador

Bases legais tratamento de dados

- Consentimento
 - Tem que ser explícito, inequívoco, livre e informado





Bases legais tratamento de dados

- Consentimento
 - Tem que ser explícito, inequívoco, livre e informado

Terms & Conditions

We want you to know exactly how our service works and why we need your registration details. Please state that you have read and agreed to these terms before you continue.

☒ I agree to the terms and conditions.

Contact Permission

We'd love to send you exclusive offers and the latest information from Morweb by email. We'll always treat your personal information with the utmost care and will never sell them to other companies for marketing purposes.

☒ Yes please, I'd like to hear about offers and services.

Register



Bases legais tratamento de dados



- Consentimento

- Tem que ser explícito, inequívoco, livre e informado



WRONG:

Get the Free
Workbook!

Enter email address



By checking this box you agree to be added to my email list for purposes of receiving updates, product information, and notifications

Send me the Workbook!



RIGHT:

Get the Free
Workbook!

Enter email address



By checking this box you agree to be added to my email list for purposes of receiving updates, product information, and notifications

Send me the Workbook!

Bases legais tratamento de dados

- Consentimento

Gerenciamento de consentimento

[Voltar à sua listagem](#)

Através deste painel

15 Resultados por página

Pesquisar

Empresa

Razão social

Data início

S. Informes LTDA

01/12/2016

Revogar

F. Informes LTDA

13/04/2019

Revogar

Mostrando de 1 até 2 de 2 registros

Anterior

1

Próximo

Através de integração via ERP

15 Resultados por página

Pesquisar

Empresa

Razão social

Data início

18/11/2017

Revogar

Mostrando de 1 até 1 de 1 registros

Anterior

1

Próximo

Bases legais tratamento de dados

- Consentimento (**EVITAR AO MÁXIMO**)
 - Tem que ser explícito, inequívoco, livre e informado



Bases legais tratamento de dados

- Consentimento
 - Tem que ser explícito, inequívoco, livre e informado
- Cumprimento de obrigação legal/regulatória
- Execução de políticas públicas
- Órgãos de pesquisa/estudo
- Execução de contrato / diligência pré-contratual
- Exercício regular de direitos
- Proteção da vida
- Tutela da saúde
- Legítimo interesse
- Proteção ao crédito

Bases legais tratamento de dados

- Consentimento
 - Tem que ser explícito, inequívoco, livre e informado
- Cumprimento de obrigação legal/regulatória
- Execução de políticas públicas
- Órgãos de pesquisa/estudo
- Execução de contrato / diligência pré-contratual
- Exercício regular de direitos
- Proteção da vida
- Tutela da saúde
- Legítimo interesse
- Proteção ao crédito



CAUIDADO !



Legítimo Interesse

- Permite que empresas utilizem dados pessoais para finalidades legítimas, adequadas, sem que seja necessário o consentimento do titular

Trata-se de responsabilidade EXTRA assumida pelo controlador

- **Princípios importantes:**

- Legitimidade do propósito (finalidade **concreta**)
- Necessidade (dados **estritamente necessários**)
- Balanceamento (compatibilidade, liberdades, etc)
- Salvaguardas (transparência, oposição, etc)

[illegible]



Houve um incidente, e agora?

“Art. 48: O controlador deverá comunicar à autoridade nacional e ao titular a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares”

- Quem deve comunicar?
 - Controlador (através do Encarregado)
- Quem deve ser comunicado?
 - ANPD e o titular dos dados
- Em que prazo?
 - Prazo **razoável** ou a ser definido pela ANPD
- Medidas preventivas foram adotadas?
 - Indicar medidas técnicas e de segurança utilizadas
- Como foi gerenciada a crise?
 - O que será feito para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo



Sanções administrativas

- Quem está sujeito a sanção administrativa?
 - Controlador e Operador
- Quem pode aplicar a sanção administrativa?
 - Exclusivamente a ANPD
- Após a sanção administrativa ser aplicada, fica afastada a responsabilidade judicial?
 - **NÃO**. Pode haver a propositura de ações que culminem em condenação pelo poder judiciário
- Quais são as penalidades?
 - Advertência, multas, bloqueio ou eliminação dos dados, publicização...



Sanções administrativas

- Advertência
- Multas
 - até 2% do faturamento, limitado a R\$ 50.000.000,00 (**por infração**)
- Multa diária
- Bloqueio dos dados até regularização
- Publicização da infração
- Eliminação dos dados pessoais
- Suspensão parcial do banco de dados
 - Por até 6 meses, prorrogável, até a regularização
- Suspensão do exercício da atividade de tratamento de dados a que se refere a infração (6 meses, prorrogável)
- Proibição parcial ou total do exercício das atividades relacionadas ao tratamento de dados



Checklist da LGPD

- Realizar um mapeamento geral de todas as atividades que envolvem tratamento de dados pessoais, incluindo processos de coleta, armazenamento e compartilhamento, verificando, também, se há tratamento de dados pessoais sensíveis.
- Definir as bases legais mais apropriadas para o tratamento de dados, conforme a finalidade específica (consentimento, legítimo interesse, execução de contrato, cumprimento de obrigação legal ou regulatória, etc).
- Analisar se há discrepâncias entre as obrigações legais e as atividades da empresa e definir quais estratégias adotar para adequação.

Continua ...



Checklist da LGPD (cont.)

- Alocar responsabilidades internas para execução das ações necessárias.
- Implementar ferramentas que permitam aos titulares de dados pessoais exercerem seus direitos garantidos pela LGPD.
- Elaborar, revisar, adaptar e editar contratos que envolvam o tratamento e/ou compartilhamento de dados pessoais, tanto nas relações com usuários e consumidores, quanto nas relações com fornecedores e parceiros comerciais.

Continua...



Checklist da LGPD (cont.)

- Elaborar relatórios de impacto à proteção de dados pessoais nos casos de tratamento baseado em legítimo interesse e em outras situações em que isso seja recomendável.
- Elaborar e revisar políticas internas, planos de resposta a incidentes e outros documentos sobre privacidade e proteção de dados pessoais.
- Revisar e implementar técnicas e procedimentos de segurança da informação e programas de privacidade desde a concepção e como padrão (privacy by design / privacy by default).
- **Estabelecer um programa de governança em proteção de dados pessoais (após o projeto, de forma contínua).**



Espaço para debate...

... ou perguntas ...

... ou críticas, vaias e tomates.

Sugestões também são bem vindas! ^_^

Marcos A. Lucas

mlucas@dataware.com.br